ESTUDOS EM AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Fundação Carlos Chagas

ARTIGOS ARTÍCULOS ARTICLES

https://doi.org/10.18222/eae.v37.12171

A AVALIAÇÃO INTERNA NO ENSINO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA AVALIAÇÃO EXTERNA

JÚLIA FLÁVIA ARAÚJO CARVALHAES[I]

SUZANA DOS SANTOS GOMES[II]

[I] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil; *juliafac@hotmail.com*

[II] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil; *suzanasgomes@fae.ufmg.br*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar de que forma a avaliação institucional interna tem sido considerada nos processos de avaliação externa da educação superior. Para isso, foram analisados 28 indicadores presentes em instrumentos de avaliação externa publicados entre 2008 e 2017, disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Como eixo central dos instrumentos, observou-se a articulação entre autoavaliação institucional, implementação de ações de melhoria, planejamento e gestão. Os resultados revelam que, ao longo dos anos, os instrumentos passaram por alterações que evidenciaram a relação entre autoavaliação, gestão e planejamento institucionais, apresentando indicadores mais descritivos e orientadores de ações.

PALAVRAS-CHAVE SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR • AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL • AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

COMO CITAR:

Carvalhaes, J. F. A., & Gomes, S. dos S. (2026). A avaliação interna no ensino superior na perspectiva da avaliação externa. *Estudos em Avaliação Educacional*, *37*, Artigo e12171. https://doi.org/10.18222/eae.v37.12171

LA EVALUACIÓN INTERNA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EVALUACIÓN EXTERNA

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar de qué manera la evaluación institucional interna ha sido considerada en los procesos de evaluación externa de la educación superior. Para ello, fueron analizados 28 indicadores presentes en instrumentos de evaluación externa publicados entre 2008 y 2017, disponibles en el sitio *web* del Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira]. Como eje central de los instrumentos, se observó la articulación entre la autoevaluación institucional, la implementación de acciones de mejora, la planificación y la gestión. Los resultados muestran que, a lo largo de los años, los instrumentos sufrieron modificaciones que evidenciaron la relación entre autoevaluación, gestión y planificación institucionales, presentando indicadores más descriptivos y orientadores de las acciones.

PALABRAS CLAVE SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR • EVALUACIÓN INSTITUCIONAL • EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR.

INTERNAL EVALUATION IN HIGHER EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF EXTERNAL EVALUATION

ABSTRACT

This article examines how internal institutional evaluation is integrated into external evaluation processes in higher education. To this end, the study analyzed 28 indicators drawn from external evaluation instruments published between 2008 and 2017, available on the website of the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research]. The analysis revealed that a key focus of these instruments is the connection between institutional self-evaluation, the implementation of improvement measures, and strategic planning and management. Over time, these instruments have evolved to emphasize this relationship more strongly, incorporating indicators that are more descriptive and action-oriented.

KEYWORDS SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR • INSTITUTIONAL EVALUATION • HIGHER EDUCATION EVALUATION.

Recebido em: 8 JULHO 2025
Aprovado para publicação em: 4 AGOSTO 2026

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

INTRODUÇÃO

A avaliação da educação superior passou a ocupar lugar de destaque nas discussões sobre políticas educacionais no Brasil a partir da década de 1980. Embora a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) já tivesse instituído uma política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* na década anterior, foi somente em 1983, com a criação do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), que as primeiras experiências sistematizadas de avaliação da educação superior brasileira foram implementadas.

Segundo Polidori et al. (2011), o desenvolvimento do processo avaliativo nacional pode ser organizado em quatro ciclos. O primeiro deles, de 1983 a 1992, foi marcado por iniciativas isoladas voltadas para a organização da avaliação, como o próprio Paru, a constituição da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (1985) e a criação do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), em 1986.

O segundo ciclo, compreendido de 1993 a 1995, caracterizou-se pela formulação de diversas políticas, em especial a implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), que contou com grande adesão as instituições de educação superior (IES) em decorrência de seu caráter voluntário e emancipatório (Polidori et al., 2011). Esse período marca o comprometimento do Estado com a avaliação educacional, evidenciado pela preocupação com o cumprimento de normativas e com a qualidade da educação superior (Leite, 2024).

O terceiro ciclo, de 1996 a 2003, é caracterizado pela publicação da Lei n. 9.131 (1995), que instituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como "Provão". Tanto o ENC quanto a Avaliação das Condições de Oferta (ACO) foram influenciados por diretrizes de organismos internacionais, orientadas por uma lógica neoliberal que enfatizava eficiência, qualidade e competitividade (Leite, 2024). Após as eleições presidenciais de 2002, surgiu a necessidade de reformular o modelo avaliativo vigente. Em 2003, a criação da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), com a incumbência de propor um novo sistema de avaliação, marcou o início do quarto ciclo (2003 até os dias atuais), denominado por Polidori et al. (2011) de "construção da avaliação emancipatória".

O principal marco desse quarto ciclo foi a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), por meio da Lei n. 10.861 (2004). O Sinaes estabelece um processo avaliativo abrangente das IES, dos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes, utilizando diversos instrumentos: avaliação institucional (interna e externa), avaliação de cursos de graduação e avaliação de desempenho discente. A avaliação institucional é o eixo estruturante do sistema, articulando os demais instrumentos e promovendo uma abordagem que combina dimensões formativas e regulatórias. Essa articulação é possível graças à existência de duas vertentes: a avaliação institucional externa, conduzida por comissões de especialistas, e a avaliação

institucional interna (autoavaliação), conduzida por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta de membros da comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil.

A autoavaliação visa a estimular o autoconhecimento institucional, identificando potencialidades e fragilidades, e configura-se como a vertente formativa do Sinaes. Segundo Ristoff (2024), esse mecanismo reafirma a ideia de que a titularidade dos processos avaliativos deve pertencer às IES, e não ao governo. Nessa perspectiva, a concepção sistêmica do Sinaes pressupõe que: 1) a titularidade da autoavaliação deve ser das IES; 2) a avaliação interna deve preceder a externa; 3) ainda que orientada pelas dimensões definidas pelo Sinaes, a autoavaliação deve ter liberdade para propor novas dimensões e indicadores; 4) a condução deve ser feita por comissão interna; 5) o processo deve ser participativo, permanente e contínuo; 6) deve gerar relatórios descritivos e detalhados; e 7) embora autônoma, a autoavaliação não deve estar totalmente desvinculada das ações regulatórias (Ristoff, 2024, pp. 74-84).

Contudo, ao longo da vigência do Sinaes, a articulação entre avaliação externa e interna foi gradativamente substituída pela valorização da primeira em detrimento da segunda, ocasionada por mudanças na concepção original do sistema de avaliação (Dias Sobrinho, 2010). Essa alteração impactou a atuação das comissões responsáveis em cada IES pela condução do processo de autoavaliação institucional. Estudos como os de Rodrigues (2017) e de Pereira (2015) revelam que, apesar de mencionado durante as avaliações externas e nos relatórios de avaliação interna elaborados pela CPA, na prática pouco se comprova o uso dos resultados da autoavaliação no planejamento e gestão institucional e na efetivação de melhorias.

Batista (2020), com base em entrevistas e análise documental, identificou que a articulação entre as avaliações interna e externa ocorre, por vezes, apenas por interface processual ou atuação conjunta nas duas modalidades, a exemplo do uso dos instrumentos de avaliação externa para subsidiar a elaboração dos instrumentos de avaliação interna e da participação da CPA nas visitas de avaliação *in loco*. Além disso, o caráter emancipatório e crítico da autoavaliação tem sido cada vez mais desestimulado, em virtude da priorização do cumprimento de exigências regulatórias e da prestação de contas aos órgãos avaliadores (Barbosa, 2011; Gonçalves, 2016; Lima, 2018; Gomes, 2021).

Um dos fatores que contribuem para esse esvaziamento da autoavaliação é a forma como ela tem sido considerada nos processos de avaliação externa vinculados à emissão de atos autorizativos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como credenciamento e recredenciamento institucional). Com base nessa hipótese, o presente artigo tem como objetivo identificar de que maneira a avaliação institucional interna tem sido contemplada nas avaliações externas de cursos e de instituições, a partir da análise dos critérios de avaliação contidos nos

instrumentos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os anos de 2008 e 2017.

Dessa forma, este artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia, com destaque para os procedimentos de coleta e análise dos dados. A terceira seção contextualiza a autoavaliação institucional como componente do Sinaes, abordando seus objetivos e a perda de centralidade na vigência da política de avaliação da educação superior. A quarta seção analisa os indicadores de qualidade relacionados à avaliação institucional interna presentes nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação, publicados de 2008 a 2017 pelo Inep, identificando seu núcleo central em diálogo com a literatura. A quinta seção apresenta e discute os indicadores sobre autoavaliação dispostos nos instrumentos de avaliação institucional externa, publicados pelo Inep entre os anos de 2010 e 2017, identificando de que forma a avaliação institucional interna tem sido considerada nos processos de avaliação externa da educação superior. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, com as referências utilizadas neste estudo em seguida.

METODOLOGIA

O presente artigo é de natureza qualitativa, sendo classificado quanto ao objetivo como descritivo e quanto ao procedimento técnico como análise documental (Gil, 1946/1991).

Quanto aos procedimentos para coleta de dados, foram selecionados e analisados os instrumentos de avaliação de cursos de graduação e os instrumentos de avaliação institucional externa publicados pelo Inep, disponíveis no *site* oficial em 2024, ano de busca dos documentos. Para isso, foi percorrido o seguinte caminho: 1) acesso ao endereço eletrônico https://www.gov.br/inep/pt-br; 2) consulta ao menu "Áreas de Atuação", submenu "Avaliações e Exames Educacionais", submenu "Avaliação *in loco*"; 3) consulta ao item "Instrumentos de avaliação"; 4) mapeamento dos documentos disponíveis por ano de publicação.

Considerando instrumentos vigentes e não vigentes, foram mapeados 22 documentos publicados entre os anos de 2008 e 2017. Em consonância com a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1977/2021), o material passou por uma análise preliminar que consistiu em uma busca pelos termos "auto-avaliação[1] institucional", "autoavaliação institucional", "avaliação interna", "Comissão Própria de Avaliação" e "avaliação institucional interna" em cada um dos instrumentos, visando à identificação de indicadores relacionados ao processo de avaliação institucional interna.

1 Essa discriminação se justifica, pois, à época da coleta de dados, foram localizados vários trabalhos que utilizaram hífen no termo autoavaliação, uma vez que foram elaborados antes do atual acordo ortográfico. A fim de permitir maior fluidez na elaboração e leitura do texto, optou-se por padronizar no decorrer do artigo o termo "autoavaliação" grafado sem uso de hífen.

No levantamento, foram identificados 28 indicadores de interesse, distribuídos em 15 dos documentos analisados, sendo 9 encontrados em instrumentos de avaliação de cursos de graduação e 6 em instrumentos de avaliação institucional. Os indicadores foram tratados como unidades de contexto, e a descrição dos critérios relacionados com a atribuição de conceito 5 em cada um deles, considerada como unidade de registro (Bardin, 1977/2021).

Os dados foram registrados em tabela, de modo a permitir análise global e de cada um dos indicadores, em busca de elementos que permitissem identificar o núcleo central de avaliação a partir do qual o processo de autoavaliação institucional tem sido considerado nas avaliações externas.

A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DO SINAES

Caribé (2011) define a autoavaliação institucional como um processo cíclico e criativo, apontado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) como o ponto de partida do Sinaes – considerado o primeiro de um conjunto de instrumentos a ser incorporado ao processo global de regulação e supervisão. Em nota técnica publicada no ano de 2014, o Inep, a Conaes e a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) definiram a avaliação institucional interna como:

> . . . um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI [Plano de Desenvolvimento Institucional], transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. (Ministério da Educação [MEC], 2014b, p. 2).

A partir da definição, depreende-se o papel da autoavaliação na identificação de potencialidades e oportunidades de melhoria no âmbito das IES, a partir do olhar da comunidade interna. Inserida em seu cotidiano, essa comunidade tem a oportunidade de ampliar sua compreensão sobre os processos de gestão, bem como sobre as atividades acadêmicas e administrativas das quais participa. Sousa (2018) destaca o potencial da avaliação institucional interna para o autoconhecimento organizacional e para a análise dos processos conduzidos pela IES, o que, por consequência, permite a reflexão e a contextualização do trabalho institucional perante as avaliações externas. Todo esse processo é conduzido pela CPA, instituída em cada IES, responsável por sistematizar e prestar informações ao Inep sobre as avaliações realizadas.

Em decorrência de seu caráter predominantemente formativo, Fernandes (2017) menciona que a previsão da autoavaliação institucional no contexto do Sinaes gerou

expectativas positivas, sobretudo nas comunidades acadêmicas. Isso se deve ao foco no empoderamento e na emancipação dos sujeitos avaliados, com abertura à utilização de referenciais de qualidade além daqueles apresentados pelo Estado. Nesse cenário, abria-se a possibilidade de as instituições ressignificarem o processo autoavaliativo de acordo com suas realidades, interpretando e recriando as políticas de avaliação em um processo contínuo de diálogo, considerando as possibilidades e os obstáculos impostos por tais políticas às suas realidades institucionais.

Todavia alterações na política de avaliação da educação superior deslocaram a autoavaliação de uma posição central para uma posição periférica, em razão da valorização e da sobreposição dos resultados das avaliações externas em relação aos demais instrumentos avaliativos. Esse movimento pode ser exemplificado pela criação, em 2008, do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), indicadores de qualidade dos cursos de graduação e das IES, respectivamente. O cálculo desses indicadores baseia-se, em grande parte, em dados oriundos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Devido à agilidade com que são calculados e divulgados, esses indicadores recebem ampla cobertura da mídia e alimentam *rankings* e competições entre IES. Como mencionam Sousa e Griboski (2024), esse processo contribuiu para a transformação dos valores filosóficos do Sinaes em mecanismos de controle, modificando o paradigma da avaliação da educação superior – aspecto também identificado e discutido por Gomes e Melo (2018).

Uma alternativa possível – e necessária – seria a revalorização da autoavaliação institucional. Isso requer uma tomada de consciência por parte dos sujeitos institucionais, especialmente daqueles que integram a CPA, sobre a importância de se apropriarem dos resultados das avaliações internas e externas. Esses resultados devem subsidiar o planejamento institucional, considerando a identidade da instituição à qual estão vinculados. Nessa perspectiva, torna-se imprescindível o conhecimento não apenas dos instrumentos e metodologias autoavaliativas, mas também a compreensão e a análise crítica dos indicadores e valores expressos nos instrumentos de avaliação externa, em relação ao trabalho desenvolvido pela comissão. Com o intuito de contribuir para essa reflexão, a próxima seção apresenta e discute os indicadores relacionados à autoavaliação, conforme expressos nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação e de avaliação institucional externa publicados pelo Inep.

A AUTOAVALIAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação são utilizados pelas comissões de especialistas responsáveis pelas avaliações *in loco*, conforme previsto na dinâmica avaliativa do Sinaes. Esses instrumentos são compostos de indicadores aos quais os

avaliadores devem atribuir notas de 1 a 5, com base na análise documental e em entrevistas realizadas com a comunidade acadêmica. Tal processo subsidia a emissão do Conceito de Curso (CC), atribuído nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Nessa escala, os conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios, enquanto os conceitos de 3 a 5 são considerados satisfatórios.

Nesta seção, apresenta-se a discussão dos dados obtidos por meio de levantamento realizado no *site* do Inep, no qual foram localizados nove instrumentos de avaliação de cursos de graduação, publicados de 2008 a 2017 (Tabela 1). Em cada um desses instrumentos, há apenas um indicador relacionado ao processo de autoavaliação institucional. O núcleo central desse indicador refere-se à capacidade da IES – em especial do curso de graduação avaliado – de implementar ações com base nos resultados da autoavaliação e da avaliação externa (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2008, 2010a, 2010b, 2010c, 2010f, 2012, 2015, 2017a, 2017b).

TABELA 1
Indicadores do processo de autoavaliação nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação

ANO	DOCUMENTO	*STATUS*	INDICADORES
2008	Instrumento de avaliação de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)	Obsoleto	Indicador 1.2. Autoavaliação do curso
2010	Instrumento de avaliação para renovação de reconhecimento de cursos de graduação	Obsoleto	Indicador 1.10. Ações implementadas em função dos processos de autoavaliação e de avaliação externa (Enade e outros)
	Instrumento de avaliação de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) – Reconhecimento de curso a distância	Obsoleto	Indicador 1.2. Autoavaliação do curso
	Instrumento de avaliação do curso de Medicina – Reconhecimento	Obsoleto	Indicador 1.3.1. Processo de avaliação do curso
	Instrumento de avaliação do curso de Pedagogia – Reconhecimento	Obsoleto	Indicador 1.15. Autoavaliação do curso
2012	Instrumento de avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância	Obsoleto	Indicador 1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
2015	Instrumento de avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância	Obsoleto	Indicador 1.15. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
2017	Instrumento de avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância – Autorização	Atual	Indicador 1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa
	Instrumento de avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância – Reconhecimento	Atual	Indicador 1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Fonte: Elaboração das autoras com base nos instrumentos de avaliação do Inep.

Apesar do núcleo comum, é possível identificar importantes diferenças na redação dos critérios de análise. Por exemplo, os instrumentos de avaliação de cursos publicados nos anos de 2008 (Inep, 2008) e 2010 (Inep, 2010a, 2010b, 2010c, 2010f) direcionavam as apreciações da comissão de avaliação *in loco* para a implementação de ações em "decorrência dos relatórios produzidos pela autoavaliação e pela avaliação externa" (Inep, 2008, p. 2; 2010a, p. 1; 2010b, p. 7; 2010c, p. 8; 2010f, p. 6). Já os instrumentos de 2012 e 2015 (Inep, 2012, 2015) suprimiram o termo "relatórios".

Essa supressão pode ser interpretada como uma ampliação das possibilidades, ao não restringir as evidências do processo de avaliação institucional interna apenas ao que foi registrado pelas CPAs nos documentos enviados anualmente ao Ministério da Educação (MEC). Tal alteração pode favorecer o diálogo entre a CPA e as comissões *ad hoc*, incluindo discussões e registros sobre processos de autoavaliação ainda em andamento, ações de melhoria implementadas entre a publicação de um relatório e outro, além da consideração de outras estratégias de avaliação institucional, como o uso de indicadores específicos para cada realidade institucional.

O ajuste também representa uma adequação dos instrumentos à lógica avaliativa: as ações de melhoria decorrentes do processo autoavaliativo devem ser previstas nos relatórios produzidos pela CPA, mas não devem depender exclusivamente da sistematização e envio desses documentos ao MEC. Um estudo realizado pelo Inep (2011) identificou a necessidade de melhorias nos relatórios, que, em diversos casos, mostraram-se meramente descritivos ou incompletos. Esse resultado reforça a ideia de que, por si só, os relatórios de autoavaliação são insuficientes para subsidiar as análises dos avaliadores externos. Isso guarda relação com a supressão do termo "relatórios" nos instrumentos de 2012 e 2015 e estimula a discussão sobre em que medida o caráter pedagógico e formativo da avaliação interna tem sido preservado nas IES.

Silva et al. (2023) demonstram que, por vezes, a aquisição e a aplicação do conhecimento por meio da autoavaliação e pelos sujeitos envolvidos ocorrem de forma pontual. Sousa (2018) alerta que a percepção ampliada da autoavaliação como processo formativo depende da compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos do Sinaes, o que parece ter sido dificultado pela supervalorização dos índices criados a partir de 2008. Neste artigo, defende-se, com base no autor, que, além de relatórios consistentes, a autoavaliação não deve se esgotar em seus resultados. É necessário um processo coeso e coerente, que articule teoria e prática, induzindo criatividade e proatividade nos encaminhamentos decorrentes da avaliação interna.

Nos instrumentos de 2008 (Inep, 2008) e 2010 (Inep, 2010a, 2010b, 2010c, 2010f), ao se referirem à implementação de ações a partir das avaliações interna e externa, os termos "autoavaliação institucional" e "avaliação externa" são redigidos no singular. No último caso, o Inep cita, entre parênteses, a expressão "Enade e outros" como exemplo de avaliação a ser considerada. Já nos instrumentos de 2012 e 2015

(Inep, 2012, 2015), ambos os termos aparecem no plural, enquanto nos instrumentos de 2017 (Inep, 2017a, 2017b) apenas "avaliações externas" manteve-se no plural. A mudança na flexão gramatical foi acompanhada da inclusão, entre parênteses, de outros exemplos de avaliações externas além do Enade, como: "avaliação de curso, Enade, CPC e outras".

A articulação entre avaliação interna e externa, bem como a consideração dos resultados desta última nas análises realizadas pela CPA, é prevista pelas diretrizes do Sinaes. No entanto, desde a criação do CPC e do IGC – ambos derivados da avaliação dos estudantes por meio do Enade –, autores como Barreyro (2008), Dias Sobrinho (2010), Sousa (2018) e Sousa e Griboski (2024) têm discutido e alertado sobre o deslocamento da centralidade do sistema de avaliação, com a supervalorização das avaliações externas, sobretudo as de desempenho discente.

Ainda que facilitem a dinâmica avaliativa – como a dispensa de visita *in loco* para cursos com resultados satisfatórios –, os índices têm estimulado mudanças curriculares, no perfil do corpo docente e nas práticas educacionais. Isso tem contribuído para que a avaliação assuma um caráter meramente burocrático, voltado para o atendimento de requisitos e padrões exigidos (Batista, 2016). Ao considerar uma avaliação centrada no desempenho dos estudantes, Dias Sobrinho (2010) explicita os riscos de se desconsiderarem dados relevantes sobre o valor e o mérito das instituições, bem como de se abafarem suas autoavaliações. Como exemplo, pode-se mencionar o achado de Carvalhaes (2018) sobre o entendimento de alguns coordenadores de CPA de que a avaliação dos cursos de graduação não deve ser considerada na autoavaliação institucional, uma vez que isso não estaria "definido". Tal percepção revela que, por vezes, a atuação da comissão é norteada por aquilo que está escrito, sem margem para inovação ou ampliação do escopo avaliativo para além do que é claramente exigido pelo Inep.

Os atuais instrumentos de avaliação, utilizados para autorização (Inep, 2017a), reconhecimento e renovação de reconhecimento (Inep, 2017b) de cursos de graduação, foram publicados em 2017 e apresentam uma lógica de análise baseada na comprovação de uma série de requisitos que aumentam em número e complexidade proporcionalmente ao conceito a ser atribuído em cada indicador. Nessa lógica, para a obtenção do conceito 5 no indicador relacionado à avaliação institucional interna, a IES deve comprovar o uso dos resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas como insumos para o aprimoramento do curso de graduação, auxiliando em seu planejamento e gestão. A avaliação interna deve ocorrer periodicamente e ter seus resultados apropriados pela comunidade acadêmica.

A apropriação dos resultados pelos atores institucionais depende da atribuição de sentido, da compreensão do processo autoavaliativo e da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil. Em pesquisa realizada na Universidade Federal do Tocantins, Costa (2020) identificou a

falta de sentido do processo de avaliação e seu deslocamento da realidade institucional como elementos indicados por discentes e docentes para justificar a falta de participação na avaliação institucional interna. Esses fatores tornam-se cada vez mais complexos diante do deslocamento do foco do Sinaes para as avaliações externas, o que contribui para a diminuição da capacidade da CPA de promover uma cultura de avaliação institucional interna (Silva & Gomes, 2011), além de favorecer uma atuação pouco pedagógica de algumas CPAs.

Ao mesmo tempo, quanto mais participativo e formativo for o processo, mais democrático será o ato de avaliar. Isso instaura uma contradição, expressa na oposição apresentada por Brito et al. (2021) entre uma noção dialógica da CPA – voltada para as melhorias institucionais, inclusive das redes relacionais – e uma fundamentada no controle e na lógica burocrático-formal, que gera desconfiança e se torna contraproducente. Tal contradição pode ser identificada no âmbito de uma mesma comunidade acadêmica. Nesse sentido, Gonçalves (2016) identificou que os membros da CPA de uma universidade reconhecem que a participação em eventos e o compartilhamento de conhecimento com especialistas promovem o alargamento de sua compreensão sobre a autoavaliação. No entanto os mesmos membros indicam que ações como essas não são estimuladas ou ocorrem em âmbito institucional, apesar do reconhecimento de sua efetividade.

A análise dos instrumentos de avaliação de cursos publicados em 2017 evidencia a articulação entre a autoavaliação e a gestão institucional. Para além das ações de melhoria advindas dos resultados, os critérios de análise passaram a considerar os dados da avaliação interna como subsídio para o planejamento do curso, explicitando a necessidade de processos periódicos de autoavaliação. O uso dos resultados da avaliação interna tem sido um dos temas mais discutidos na literatura sobre avaliação da educação superior. As pesquisas destacam a necessária interface entre o trabalho desenvolvido pela CPA e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), revelando a importância da avaliação para a identificação de potencialidades, fragilidades e consequente revisão de rota institucional em direção às melhorias (Andrade, 2019; Griboski et al., 2018; Santos, 2021; Brito et al., 2021).

Ainda que alguns exemplos positivos tenham sido evidenciados (Ribeiro, 2010; Viana, 2021), por vezes a articulação entre avaliação e gestão mostra-se frágil e carente de exemplos concretos (Silva & Gomes, 2011; Ribeiro, 2015; Brito et al., 2021).

A AUTOAVALIAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

Os instrumentos de avaliação institucional externa são utilizados pelas comissões de especialistas responsáveis pelas avaliações *in loco* das IES, conforme previsto na dinâmica avaliativa do Sinaes. Esses instrumentos são compostos de indicadores aos quais

os avaliadores devem atribuir notas de 1 a 5, com base na análise documental e em entrevistas realizadas com a comunidade acadêmica. Tal processo subsidia a emissão do Conceito Institucional (CI), atribuído nos processos de credenciamento e recredenciamento institucional. Nessa escala, os conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios, enquanto os conceitos de 3 a 5 são considerados satisfatórios.

No levantamento realizado no *site* do Inep, foram identificados seis instrumentos de avaliação institucional publicados de 2010 a 2017 (Tabela 2). Observou-se um aumento progressivo no número e na complexidade dos indicadores relacionados à autoavaliação ao longo dos anos (Inep, 2010d, 2010e, 2010g, 2014, 2017c, 2017d).

TABELA 2
Indicadores do processo de autoavaliação nos instrumentos de avaliação institucional externa

ANO	DOCUMENTO	*STATUS*	INDICADORES
2010	Instrumento de avaliação para credenciamento de instituições de educação superior	Obsoleto	Indicador 1.7. Autoavaliação institucional
	Instrumento de credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância	Obsoleto	Indicador 1.5. Planejamento de Avaliação Institucional (Autoavaliação) para EaD
	Instrumento de avaliação institucional externa – Recredenciamento	Obsoleto	Indicador 1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliações externas)
			Indicador 8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais
			Indicador 8.2. Autoavaliação institucional
			Indicador 8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações
2014	Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância	Obsoleto	Indicador 1.1. Evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional
			Indicador 1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional
			Indicador 1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica
			Indicador 1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados
			Indicador 1.5. Elaboração do relatório de autoavaliação

(continua)

(continuação)

ANO	DOCUMENTO	*STATUS*	INDICADORES
2017	Instrumento de avaliação institucional externa: Presencial e a distância – Credenciamento	Atual	Indicador 1.1. Projeto de autoavaliação institucional
			Indicador 1.2. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica
			Indicador 1.3. Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados
	Instrumento de avaliação institucional externa: Presencial e a distância – Recredenciamento	Atual	Indicador 1.1. Evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional
			Indicador 1.2. Processo de autoavaliação institucional
			Indicador 1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica
			Indicador 1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados
			Indicador 1.5. Relatórios de autoavaliação

Fonte: Elaboração das autoras com base nos instrumentos de avaliação do Inep (2024).

O uso da avaliação institucional interna como subsídio para os processos de gestão foi identificado como o núcleo central dos indicadores relacionados à autoavaliação. Os instrumentos de 2014 (Inep, 2014) e 2017 (Inep, 2017c, 2017d) mencionam explicitamente os termos "instrumento de gestão", além de considerarem o uso dos resultados da autoavaliação e das avaliações externas para a implementação de ações de melhoria acadêmicas e administrativas. O uso dos resultados do processo avaliativo para a realização de melhorias institucionais também é mencionado em instrumentos anteriores (Inep, 2010d, 2010g). Em consonância com esse núcleo central, alguns instrumentos apresentam critérios que analisam a coerência do processo de avaliação interna com o previsto no PDI das IES, bem como o uso de seus resultados para a revisão desse documento (Inep, 2010d, 2010g).

A identificação da relação entre avaliação interna e processos de gestão como eixo principal dos indicadores analisados pode ser considerada um dos desdobramentos esperados da implementação do Sinaes. Isso porque, ao instituir o Sinaes, a Lei n. 10.861 (2004) estabeleceu dez dimensões a serem consideradas na avaliação das instituições de educação superior, entre as quais se destaca a Dimensão 8, denominada "Planejamento e Avaliação", voltada especialmente para os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional (Lei n. 10.861, 2004). Essa dimensão preconiza a gestão educacional a partir da integração entre avaliação e planejamento, considerando o processo avaliativo como um retrato do presente que pode influenciar o futuro institucional, levando em conta a missão da instituição, suas fragilidades e potencialidades.

A relação entre gestão e avaliação foi fortalecida a partir de 2014, quando os instrumentos passaram por atualizações que sugeriram uma possível ampliação do protagonismo da autoavaliação no contexto da avaliação institucional externa. Essa mudança foi acompanhada pela publicação das notas técnicas n. 62 (MEC, 2014a) e n. 65 (MEC, 2014b), que definiram, respectivamente, a estrutura do Relato Institucional (RI) e o Roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional.

O RI foi uma inovação introduzida com o objetivo de integrar as avaliações interna e externa aos processos de gestão das IES. Em síntese, trata-se de um documento que deve ser apresentado nos atos de recredenciamento e mudança de organização acadêmica, no qual a instituição explicita de que forma desenvolve seus processos de gestão a partir dos resultados das avaliações. Essa dinâmica pode ser observada no uso das informações geradas pela avaliação para a construção e reconstrução do PDI – este último avaliado de forma sucinta pelas instituições no momento da elaboração do RI.

Em consonância com a criação do Relato Institucional, a Nota Técnica n. 65 define a autoavaliação como

> . . . um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento. (MEC, 2014b, p. 2).

Griboski et al. (2018) sinalizam que as atualizações consolidaram a relevância do trabalho desenvolvido pela CPA e seu papel fundamental no processo de planejamento institucional, orientando as estruturas de gestão. Ao fortalecer a relação entre avaliação, planejamento e gestão, as autoras destacam a necessidade de que os avaliadores externos direcionem suas análises dos relatórios de autoavaliação para a verificação dos esforços das IES em: envolver a comunidade acadêmica no desenvolvimento de um processo democrático; avaliar suas próprias ações e os resultados obtidos; identificar e registrar potencialidades e fragilidades; e realizar uma avaliação com ética e transparência.

A análise das autoras reforça aquele que deveria ser o papel precípuo da autoavaliação: prover subsídios para que a gestão acadêmica e a comunidade institucional se apropriem de suas rotinas, repensem seus processos e implementem melhorias viáveis e condizentes com sua realidade. Nunes et al. (2017) demonstram como a articulação entre avaliação e gestão pode ocorrer na prática, por meio da experiência de uma IES que, a partir dos resultados das avaliações institucionais, elabora Planos Anuais de Trabalho (PAT) que estabelecem metas e objetivos para cada uma de suas

unidades. Esse caráter pedagógico da avaliação requer um compromisso permanente da CPA e de toda a comunidade acadêmica, exigindo uma prática articuladora entre os processos administrativos e acadêmicos, com análise sistemática dos resultados obtidos em busca do aperfeiçoamento da IES (Nunes et al., 2017).

De modo geral, as mudanças introduzidas em 2014 foram mantidas nos instrumentos de avaliação institucional externa para fins de credenciamento e recredenciamento publicados em 2017 (Inep, 2017c, 2017d). Entre essas mudanças, destacam-se: a concentração dos indicadores relacionados ao processo de autoavaliação no "Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional"; a previsão de apresentação do RI; e o foco na relação entre avaliação e gestão. A partir de 2017, adotou-se um novo padrão para os critérios de análise dos indicadores, que aumentam em nível de complexidade e número de elementos considerados conforme se eleva o conceito a ser atribuído. Essa alteração trouxe consigo uma descrição mais detalhada dos critérios avaliativos e a supressão dos termos "insuficiente", "suficiente", "muito bom/muito bem" e "excelente", estimulando uma análise mais objetiva por parte da comissão de avaliação *in loco*.

Batista (2016) argumenta que, ainda que se baseie em critérios previamente estabelecidos, a avaliação é passível de subjetividade – algo evidente nos instrumentos de avaliação externa publicados até 2014, nos quais os conceitos de 1 a 5 eram expressos por ordem de excelência. Assim, uma mesma instituição ou curso poderia ser avaliado de forma distinta, a depender do avaliador. Além disso, um membro da comissão *in loco* poderia realizar suas análises tomando como referência a instituição em que atua, ou seja, uma realidade já conhecida, o que, em um contexto tão diverso quanto o da educação superior brasileira, poderia resultar na atribuição de notas não condizentes com a realidade avaliada. Guardados os limites científicos, cada um dos pesquisadores da avaliação da educação superior convidados a ler o presente artigo poderia apresentar exemplos de como diferentes subjetividades poderiam impactar os resultados de uma avaliação.

Tanto as avaliações externas quanto as internas estão sujeitas a fortes pressões, considerando os diversos grupos de interesse envolvidos na educação superior. Da mesma forma, os especialistas designados para as avaliações *in loco* não estão imunes a pressões técnicas, éticas, políticas, psicológicas ou corporativas. Além disso, a comunidade interna pode não perceber com a devida importância aspectos relevantes para alunos, docentes e demais grupos de interesse (Ristoff, 2024). Apresenta-se, portanto, uma oportunidade de reflexão: a avaliação *in loco* tem sido um momento de interlocução entre os participantes do processo? O encontro entre avaliadores e comunidade acadêmica deveria ir além da verificação de objetivos e evidências sobre os indicadores de qualidade, constituindo-se como uma oportunidade para rever o planejamento e dialogar sobre aspectos não previstos nos instrumentos.

Ao introduzirem descrições mais objetivas e cumulativas dos critérios a serem atendidos pelas IES em cada indicador, os instrumentos publicados em 2017 tendem a reduzir a subjetividade das avaliações. Essa interpretação, no entanto, não deve ser tomada de forma ingênua, uma vez que, por sua própria natureza, toda avaliação envolve a atribuição de juízo de valor e, portanto, é suscetível à subjetividade de quem avalia.

Quanto à forma como a autoavaliação institucional é abordada nos instrumentos de avaliação externa de 2017, é necessário questionar em que medida descrições mais detalhadas e objetivas dos critérios poderiam influenciar as instituições a organizar suas informações e evidências de modo igualmente objetivo, com o intuito de atender aos indicadores estabelecidos. Ao detalharem e determinarem o que deve ser cumprido e/ou apresentado para que a IES obtenha um conceito satisfatório, os instrumentos de avaliação externa, tal como se apresentam, podem induzir as instituições a organizar suas informações e documentos com foco exclusivo no atendimento aos critérios (Nunes et al., 2017), reduzindo o espaço para o senso crítico e a criatividade esperada das CPAs.

Como subsídio para a emissão de atos autorizativos de cursos e IES, as avaliações externas possuem caráter predominantemente regulatório, ancorado em padrões de qualidade expressos pelos indicadores dispostos nos instrumentos de avaliação. Ao estabelecer critérios mínimos a serem atingidos, essas avaliações têm estimulado a manutenção – e não necessariamente a melhoria – da qualidade, uma vez que asseguram o cumprimento do mínimo necessário para um bom resultado, desconsiderando as peculiaridades de cada IES (Ribeiro, 2015; Sousa & Griboski, 2024).

Com o objetivo de realizar uma avaliação diagnóstica, os instrumentos de avaliação externa são baseados em indicadores relacionados às dimensões do Sinaes, abordando elementos que orientam o que se espera dos cursos de graduação e das IES em termos de qualidade. No entanto é preciso considerar a complexidade e a polissemia do termo "qualidade", que pode ser associado, conforme os interesses, circunstâncias e concepções de avaliação, à formação para o mundo do trabalho, à inclusão e responsabilidade social, ao avanço tecnológico, aos valores democráticos, entre outros aspectos, a depender do posicionamento e da missão institucional. Nesse sentido, defende-se, no âmbito da avaliação interna, que a qualidade esteja atrelada a uma postura dialógica, que promova interlocução entre a comunidade acadêmica, a gestão institucional, os avaliadores externos e os órgãos reguladores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar de que forma a avaliação institucional interna tem sido considerada pelas avaliações externas de curso e institucional, a partir da análise dos critérios de avaliação apresentados nos instrumentos publicados pelo Inep no período de 2008 a 2017.

A análise dos indicadores presentes nos instrumentos de avaliação de cursos de graduação e de instituições permitiu identificar núcleos centrais voltados para a análise da autoavaliação institucional. Em ambos os casos, esses núcleos estão relacionados à capacidade das instituições de educação superior de utilizar os resultados da avaliação interna para a melhoria e gestão dos cursos e da própria instituição, bem como para a revisão de seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Ao longo dos anos, os instrumentos tornaram-se mais explícitos quanto ao papel da avaliação interna como instrumento de gestão das IES, ao mesmo tempo que passaram a apresentar descrições mais objetivas e detalhadas dos critérios de análise – uma espécie de orientação sobre o que "deve ser feito" para alcançar cada conceito na escala avaliativa. Esse movimento merece ser problematizado, especialmente no que diz respeito à possibilidade de que o maior detalhamento e objetividade dos critérios induzam à padronização de processos e à redução do caráter formativo, dialógico e autônomo do trabalho desenvolvido pelas Comissões Próprias de Avaliação.

A necessária articulação entre avaliações interna e externa é outro tema recorrente nos instrumentos analisados, com grande potencial a ser explorado. Estudos como o de Batista (2020) apontam que essa articulação ainda é incipiente na prática. Em um contexto de supervalorização de conceitos e índices, a autoavaliação institucional – reconhecida como a vertente formativa do Sinaes, com maior potencial de envolvimento da comunidade acadêmica e de promoção de uma concepção dialógica – corre o risco de assumir um caráter meramente administrativo.

Nesse cenário, ao ser avaliada externamente com base em critérios predeterminados, que descrevem o que deve ser considerado e/ou registrado nos processos e relatórios, a CPA pode acabar direcionando sua atuação para a elaboração de documentos e o cumprimento de requisitos que garantam um bom desempenho nas avaliações externas. A avaliação interna, por sua natureza contraditória, exige participação da comunidade acadêmica, envolvimento da gestão e atribuição de sentido ao processo avaliativo – elementos que também são exigidos pelas avaliações externas, mas que, paradoxalmente, são desestimulados pela lógica que essas avaliações instauram.

Ainda que a autoavaliação institucional seja referida como a vertente formativa do Sinaes, seu caráter emancipatório é enfraquecido pela supervalorização dos índices e avaliações externas, bem como pela natureza descritiva e indutora dos indicadores expressos nos instrumentos do Inep, voltados para a avaliação da própria avaliação interna. Pela natureza deste trabalho – que busca ampliar e atualizar o conhecimento sobre a autoavaliação institucional no ensino superior –, seu principal diferencial em relação à literatura já produzida está na problematização do risco de redução da autoavaliação a um procedimento meramente burocrático, a partir de uma análise que articula as avaliações internas e externas com base em material concreto. Acredita-se que a metodologia aqui utilizada pode, objetivamente, auxiliar as CPAs a iden-

tificarem oportunidades de superação de uma atuação centrada predominantemente na regulação, a partir do conhecimento de um instrumento presente em seu dia a dia.

Não se pretende encerrar as discussões, mas sim abrir novas perspectivas para investigações futuras. Dentre os caminhos possíveis, destacam-se: análises que incluam as percepções de membros das CPAs, dirigentes institucionais e outros grupos de interesse; estudos de metavaliação do Sinaes; e pesquisas que estimulem reflexões sobre o resgate e a ressignificação da vertente formativa da avaliação institucional.

REFERÊNCIAS

Andrade, C. D. de. (2019). *A avaliação institucional e o diálogo com os processos de planejamento e gestão em instituições privadas de educação superior no estado de Pernambuco* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Attena: Repositório Digital da UFPE. https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35359

Barbosa, V. M. (2011). *Avaliação institucional: Entre políticas e práticas* [Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná]. Universidade Tuiuti do Paraná: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1384

Bardin, L. (2021). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

Barreyro, G. B. (2008). De exames, rankings e mídia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *13*(3), 863-868. https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300017

Batista, M. E. (2016). Avaliação da educação superior: Qualidade e subjetividade. In J. V. de Sousa, C. da Cunha, & M. A. Silva (Orgs.), *Expansão e avaliação da educação superior: Diferentes cenários e vozes* (pp. 113-132). Fino Traço.

Batista, M. E. (2020). *Possibilidades de (des)articulações entre autoavaliação e avaliação institucional externa no marco do Sinaes* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB (RIUnB). https://repositorio.unb.br/handle/10482/38947

Brito, R. de O., Guilherme, A. A., Córdoba, L. C., & Campos, A. F. M. de. (2021). Comissão Própria de Avaliação – CPA: Sua atuação na construção do diálogo entre comunidade acadêmica e direção da IES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *26*(1), 68-88. https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100005

Caribé, S. O. (2011). *Diagnóstico de implantação da autoavaliação nas faculdades privadas de Salvador na visão dos coordenadores da CPA* [Dissertação de mestrado]. Senai Cimatec.

Carvalhaes, J. F. A. (2018). *Comissões Próprias de Avaliação de universidades do sudeste brasileiro: O que dizem os documentos e o que ocorre na prática* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (RI-UFMG). https://repositorio.ufmg.br/items/01709f83-0057-4b93-8a73-b6e83f08a21d

Costa, G. S. da. (2020). *Participação na avaliação institucional da Universidade Federal do Tocantins: O campus de Miracema como ilustração* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório Institucional da UFT (RIUFT). https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7943

Dias Sobrinho, J. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): Do Provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *15*(1), 195-224. https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011

Fernandes, I. R. (2017). *Autoavaliação no Sinaes: Prática vigente e perspectivas para uma agenda futura* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB (RIUnB). https://repositorio.unb.br/handle/10482/24461?locale=pt_BR

Gil, A. C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa* (3ª ed.). Atlas. (Obra original publicada em 1946).

Gomes, D. F. (2021). *Sinaes no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG): Políticas, práticas institucionais e a visão de gestores e membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA)* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás]. Bilioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás. http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11739

Gomes, S. dos S., & Melo, S. D. G. de. (2018). Políticas de avaliação e gestão educacional: Articulações, interfaces e tensões. *Educação & Realidade*, *43*(4), 1199-1216. https://doi.org/10.1590/2175-623688386

Gonçalves, F., Filho (2016). *A avaliação institucional da Universidade Federal do Tocantins (2004-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional da UFPA (RIUFPA). https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/8399

Griboski, C. C., Peixoto, M. do C. de L., & Hora, P. M. da. (2018). Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *23*(1), 178-197. https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100010

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2008). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)*. Inep. https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_reconhecimento_bacharelado_licenciatura3.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010a). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) – Subsidia o ato de reconhecimento de curso na modalidade a distância*. Inep. http://download.inep.gov.br/download/superior/ead/2010/instrumento_reconhecimento_curso_distancia2.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010b). *Instrumento de avaliação de cursos superiores de Pedagogia (subsidia o ato de reconhecimento)*. Inep. https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_reconhecimento_curso_pedagogia2.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010c). *Instrumento de avaliação do curso de Medicina (subsidia o ato de autorização)*. Inep. https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_autorizacao_curso_medicina2.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010d). *Instrumento de avaliação institucional externa (recredenciamento)*. Inep. http://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_institucional_externa_recredenciamento.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010e). *Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior (faculdade)*. Inep. https://download.inep.gov.br/download/superior/institucional/2010/instrumento_avaliacao_para_credenciamento_IES.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010f). *Instrumento de avaliação para renovação de reconhecimento de cursos de graduação*. Inep. https://download.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/2010/instrumento_renovacao_reconhecimento_cursos2.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2010g). *Instrumento de credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância*. Inep. https://download.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento_Credenciamento_IES-EAD.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2011). Sinaes: Volume 3 – *Análise dos relatórios de autoavaliação das instituições de educação superior*. Inep. https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-superior/sinaes-2013-volume-3-2013-analise-dos-relatorios-de-autoavaliacao-das-instituicoes-de-educacao-superior

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2012). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2014). *Instrumento de avaliação institucional externa: Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial)*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2015/instrumento_institucional_072015.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2015). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação – Presencial e a distância*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2017a). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância – Autorização*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2017b). *Instrumento de avaliação de cursos de graduação: Presencial e a distância – Reconhecimento/Renovação de reconhecimento*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2017c). *Instrumento de avaliação institucional externa: Presencial e a distância – Credenciamento*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2017d). *Instrumento de avaliação institucional externa: Presencial e a distância – Recredenciamento/Transformação de organização acadêmica*. Inep. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf

Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. (1995). Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm

Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. (2004). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

Leite, S. M. da S. (2024). A política de Avaliação da Educação Superior: Os antecedentes históricos. *Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, *19*(especial), 51-70. https://doi.org/10.35168/2175-2613.UTP.pens_ed.2024.Vol19.NEspecial.pp51-70

Lima, J. P. de. (2018). *Autoavaliação e gestão institucional: Análise da experiência do Instituto Federal da Paraíba* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RI-UFRN). https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25191

Ministério da Educação (MEC). (2014a). *Nota Técnica Inep/Daes/Conaes n. 62: Definição da estrutura do Relato Institucional*. MEC; Inep; Conaes; Daes. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n62_relato_institucional.pdf

Ministério da Educação (MEC). (2014b). *Nota Técnica Inep/Daes/Conaes n. 65: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional*. MEC; Inep; Conaes; Daes. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf

Nunes, E. B. L. de L. P., Duarte, M. M. S. L. T., & Pereira, I. C. A. (2017). Planejamento e avaliação institucional: Um indicador do instrumento de avaliação do Sinaes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *22*(2), 373-384. https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200006

Pereira, R. dos S. (2015). *A avaliação institucional e a definição de políticas institucionais na UFSC* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158791

Polidori, M. M., Rettl, A. M. de M., Moraes, M. C. B., & Castro, M. C. L. de. (2011). Políticas de avaliação da educação superior brasileira. *Educação & Realidade*, *16*(1), 253-278. https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9545

Ribeiro, E. A. (2010). *O processo de autoavaliação institucional proposto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para as instituições públicas e privadas* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia]. Ducere: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (RI-UFU). https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13613

Ribeiro, J. L. L. de S. (2015). Sinaes: O que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *20*(1), 143-161. https://www.scielo.br/j/aval/a/CMzwFCYHzqZ5gNKJMb9YSyq/?lang=pt&ilang=pt_BR

Ristoff, D. (2024). *Revisitando o Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*. Insular.

Rodrigues, E. E. de S. (2017). *Políticas educacionais e processos de avaliação institucional na Universidade Estadual de Goiás – Campus Goianésia (2005 e 2015)* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Goiás]. Repositório Institucional da UEG. https://bdtd.ueg.br/items/cdd25f02-96bd-45e6-8a3e-3037c37d6f40

Santos, G. C. N. dos. (2021). *Contribuições e limites da avaliação institucional interna para a gestão escolar: Instrumentos e relatórios em discussão* [Tese de doutorado, Instituto Federal de Rondônia]. Repositório Institucional do IFRO. https://repositorio.ifro.edu.br/items/ea60b50d-8655-44fd-ae2b-d6d56603e858

Silva, A. L. da, & Gomes, A. M. (2011). Avaliação institucional no contexto do Sinaes: A CPA em questão. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *16*(3), 573-601. https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000300005

Silva, J. R. C. da, Costa, A. M., Lima, M. A. de, & Mussi, C. C. (2023). Avaliar para quê? Uma análise qualitativa do processo de autoavaliação. *Estudos em Avaliação Educacional*, *34*, Artigo e09683. https://doi.org/10.18222/eae.v34.9683

Sousa, J. V. de. (2018). Autoavaliação institucional na política do Sinaes: Concepção, desafios e possibilidades de avanços. *Examen*, *2*(2), 77-99. https://examen.com.br/rev/article/view/87

Sousa, J. V. de, & Griboski, C. M. (2024). Autoavaliação institucional no marco do Sinaes: Movimentos e tensões no uso dos resultados para a qualidade da educação superior. *Revista Cocar*, (29), 1-20. https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9242/3924

Viana, S. A. A. (2021). *Autoavaliação de um centro universitário da Paraíba no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Análise das contribuições dos relatórios institucionais (2017-2020)* [Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23515

NOTA: As contribuições de cada autora para o desenvolvimento do artigo foram as seguintes: Júlia Flávia Araújo Carvalhaes – conceitualização; curadoria e análise de dados; pesquisa; metodologia; visualização; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final. Suzana dos Santos Gomes – supervisão; análise e validação de dados; redação do manuscrito original, revisão e aprovação da versão final.